

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk* (Var) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do Bacen.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de Gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia - BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Internal Control - Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional. A revisão sobre as demonstrações financeiras data-base 31 de dezembro de 2015 realizada, pelos auditores externos nas empresas do Banco Santander, evidenciou que existe um ambiente de controles internos eficaz baseado nos critérios estabelecidos no Modelo integrado COSO 2013 (*Internal Control - Integrated Framework 2013 - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), e que este atende às exigências da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos a serem realizados pela Auditoria Interna ao longo de 2016, conforme seu plano anual. O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2016.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos seis meses decorridos de 2016, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2016, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	30/06/2016		30/06/2015		Nota Explicativa	30/06/2016		30/06/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	415.387.948	360.577.717	491.795.303	383.543.728	17.a	156.876.708	114.114.117	15.947.783	14.928.055
Disponibilidades	4.752.105	4.420.394	156.876.708	114.114.117				34.516.967	36.595.391
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.664.203	74.891.601						68.759.348	23.117.139
Aplicações no Mercado Aberto	47.267.423	32.449.344						38.652.610	39.473.532
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.916.969	20.313.319							
Aplicações em Moedas Estrangeiras	14.479.811	22.128.938							
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	72.407.332	54.743.253	128.351.732	104.200.690	17.b	128.351.732	104.200.690	103.308.288	89.001.221
Carteira Própria	20.596.018	11.705.107						20.437.515	14.299.986
Vinculados a Compromissos de Recompra	40.580.830	37.729.473						4.605.929	899.483
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.925.352	4.715.817							
Vinculados ao Banco Central	430.423	512.835							
Moedas de Privatização	864	451							
Vinculados à Prestação de Garantias	873.845	79.570							
Relações Interfinanceiras	60.963.588	34.331.939	1.650.829	1.573.489	7	1.650.829	1.573.489	1.577.089	1.536.121
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.787.281	1.782.228						73.740	37.368
Créditos Vinculados:	59.153.524	32.498.626						2.443.059	2.229.046
Depósitos no Banco Central	59.153.380	32.497.435						2.442.609	2.228.915
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	144	1.191						450	131
Correspondentes	22.783	51.085						2.442.609	2.228.915
Operações de Crédito	72.338.416	88.322.536	24.795.141	26.551.582	17.e	24.795.141	26.551.582	2.167	5.551
Setor Público	6.150	48.716						24.792.974	26.546.031
Setor Privado	75.760.478	91.188.981							
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	2.079							
8.f	(3.428.212)	(2.917.240)							
Operações de Arrendamento Mercantil	8	10	13		17.e	4.652.885	5.631.288	105	522
Setor Privado	11	16							
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1)	(3)					2.041.128	2.563.032
Outros Créditos	121.154.346	102.725.302	2.456.447	2.929.869				4.179	4.549
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	1.408	1.005						2.456.447	2.929.869
Carteira de Câmbio	73.840.798	59.984.057			6	7.251.618	5.839.985	151.026	133.616
Rendas a Receber	724.848	815.411							
Negociação e Intermediação de Valores	10	4.417.915	1.845.632						
Créditos Tributários	11	6.731.316	6.426.849						
Diversos	12	35.738.849	33.927.891						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(300.788)	(275.543)						
Outros Valores e Bens	1.107.948	1.142.679	108.979.369	80.017.492					
Outros Valores e Bens	742.909	644.044							
(Provisões para Desvalorizações)	(85.110)	(49.934)							
Despesas Antecipadas	450.149	548.569							
Ativo Realizável a Longo Prazo	282.939.919	250.401.735	173.718.887	194.604.120					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.631.661	12.667.741	46.866.208	52.922.393	17.a	46.866.208	52.922.393	2.117.198	2.759.847
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.631.661	12.667.741						44.748.830	50.162.546
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	149.273.128	128.692.670	45.089.030	50.521.408	17.b	45.089.030	50.521.408	23.703.068	35.647.061
Carteira Própria	40.389.191	14.352.259						21.385.995	14.874.347
Vinculados a Compromissos de Recompra	87.351.727	87.827.274							
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.741.230	7.184.353							
Vinculados ao Banco Central	4.001.430	9.025.477							
Moedas de Privatização	2.197	2.574							
Vinculados à Prestação de Garantias	8.787.353	10.300.733							
Relações Interfinanceiras	167.818	167.818	39.045.330	38.644.963	18	2.222.749	1.201.740	19.708	4.120.366
Créditos Vinculados:	167.818	167.818						21.296	5.111
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	167.818	167.818							
Operações de Crédito	83.732.868	79.135.873	17.718.887	19.604.120	17.e	3.740.601	2.938.000	3.740.601	2.931.539
Setor Público	91.437	77.563							
Setor Privado	94.621.535	89.618.201							
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-	117							
8.f	(11.141.864)	(10.560.008)							
Operações de Arrendamento Mercantil	8	1	13		17.e	11.281.036	10.105.749	209	-
Setor Privado	1	22							
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	(9)					6.087.372	4.253.708
Outros Créditos	34.299.059	29.056.151	5.086.803	5.716.378				99.355	108.102
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	46.983	25.145						5.086.803	5.716.378
Carteira de Câmbio	1.950.009	938.936			6	5.931.946	5.620.640	7.297	27.561
Rendas a Receber	195.929	294.933							
Negociação e Intermediação de Valores	10	-	3						
Créditos Tributários	11	17.244.479	14.342.327						
Diversos	12	15.205.411	13.651.277						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(343.752)	(196.470)						
Outros Valores e Bens	835.384	681.469	5.931.946	5.620.640					
Investimentos Temporários	101.801	101.801							
(Provisões para Perdas)	(1.765)	(1.765)							
Despesas Antecipadas	735.348	581.433							
Permanente	27.386.829	29.303.806	5.931.946	5.620.640					
Investimentos	16.342.209	17.173.267	21.543.879	29.725.490					
Participações em Coligadas e Controladas:	14	16.323.585	17.154.977						
No País	13.616.536	14.447.460							
No Exterior	2.707.049	2.707.517							
Outros Investimentos	51.824	50.848							
(Provisões para Perdas)	(33.200)	(32.558)							
Imobilizado de Uso	6.266.748	6.272.019	5.931.946	5.620.640					
Imóveis de Uso	2.549.647	2.547.196							
Outras Imobilizações de Uso	10.845.935	9.940.282							
(Depreciações Acumuladas)	(7.128.834)	(6.215.459)							
Intangível	4.777.872	5.858.520	5.931.946	5.620.640					
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	26.120.037							
Outros Ativos Intangíveis	7.728.064	6.561.783							
(Amortizações Acumuladas)	(29.070.229)	(26.823.300)							
Total do Ativo	725.714.696	640.283.258	725.714.696	640.283.258					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial				Lucros (-) Acções em Tesouraria	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal de Dividendos	Reserva para Equalização	Outros Ajustes			Acumulados		
					Coligadas e Controladas	de Avaliação Patrimonial	de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	57.000.000	548.164	1.489.139	<						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas estarão disponíveis simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e dependência no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de julho de 2016.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2016 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados todos os valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com reversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Vinculados ao Bacen Remunerados

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentarem atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devam ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

1.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

1.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real em face de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência, e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do retorno. Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de câmbio.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero. O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 20.

p) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 22.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

t) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4.752.105	5.231.627	4.420.394	4.697.744
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.285.434	26.116.456	25.238.740	18.714.280
Aplicações no Mercado Aberto	5.594.038	3.993.155	3.099.281	6.260.149
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	211.585	292.520	10.521	998.397
Aplicações em Moedas Estrangeiras	14.479.811	21.830.781	22.128.938	11.455.734
Total	25.037.539	31.348.083	29.659.134	23.412.024

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2016		30/06/2015		Valor Referencial	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Ajuste a Mercado Refletido no:		30/06/2016	
			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Total
Títulos Públicos	57.585.219	-	10.385	57.595.604	60.112.964	-
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	562	-	185	747	630	-
Crédito Securitizado	2.622	-	298	3.060	3.025	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.198.186	-	(12.768)	12.185.418	702.921	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.571.308	-	(52.005)	21.519.303	26.973.815	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.157.391	-	(58.574)	1.098.817	4.158.715	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	6.183.298	-	72.171	6.255.469	5.716.355	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN C (2)	1.484.204	-	(41.136)	1.443.068	1.304.831	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (2) (3)	12.713.532	-	67.546	12.781.078	12.337.184	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira (1)	-	-	-	-	4.903.998	-
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	1.153.667	-	(6.137)	1.147.530	3.439.000	-
Debêntures (3)	1.120.309	-	40.805	1.161.114	572.490	-
Títulos Privados	98.240.752	101.559	(490.304)	97.852.007	70.445.912	-
Ações	569.504	-	13.007	582.511	817.430	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	19.215	68.351	-	87.566	430.627	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP (3)	554.547	33.208	-	587.755	574.430	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP (3)	90.655.183	-	(354.265)	90.300.918	62.919.540	-
Debêntures (3)	351.833	-	(163.027)	188.806	277.497	-
Eurobonds	4.293.108	-	69.337	4.362.445	3.435.639	-
Notas Promissórias - NP (3)	-	-	-	-	13.728	-
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	1.234.978	-	(898)	1.234.080	815.669	-
Letras Financeiras - LF	562.384	-	(54.458)	507.926	653.008	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	155.825.971	101.559	(479.919)	155.447.611	130.558.876	-
Total	155.825.971	101.559	(479.919)	155.447.611	130.558.876	-

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No primeiro semestre de 2016 foram realizados o valor de R\$14.891 (2015 - R\$6.679), líquidos dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado pela venda das NTN-C e parte das NTN-F ao mercado (Nota 23.e).

(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Em 30 de junho de 2015, inclui o valor de R\$647.539 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a).

(5) Inclui o valor de R\$160.762 (30/06/2015 - R\$250.141) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a) e R\$695.087 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(6) Em 30 de junho de 2016, a quantidade de 2.102.743 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2025 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banespre).

(7) Em 30 de junho de 2015, inclui o valor de R\$693.612 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b). Em dezembro de 2015, foram reclassificados para "Mantidos até o Vencimento".

(8) Os investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações - FIP correspondem predominantemente a aplicações em ativos do segmento de energia elétrica e tecnologia, estando de acordo com as normas e práticas contábeis estabelecidas.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	30/06/2016		30/06/2015		Valor Referencial	
	Valor do Custo Amortizado	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	8.279.806	93.001	12.044	338.942	7.835.819	8.279.806
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.910.549	11.560	-	-	2.898.989	2.910.549
Títulos da Dívida Externa Brasileira (2)	5.369.257	81.441	12.044	338.942	4.936.830	5.369.257
Total	8.279.806	93.001	12.044	338.942	7.835.819	8.279.806

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$8.818.058.

(2) Inclui o valor de R\$711.954 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(3) Em janeiro de 2014, o Banco realizou uma emissão de títulos elegíveis a compor o capital de Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante de US\$2,5 bilhões (equivalente a R\$6 bilhões) (Nota 20). Com o objetivo de mitigar o risco de taxas de juros em Dólar, foi efetuada a compra de ativos indexados nesta moeda: NTN-A e Eurobonds emitidos pelo governo federal do Brasil e pelo BNDES (adquiridos via dependência no exterior Agência Grand Cayman).

Inicialmente, esses títulos foram classificados na categoria "Disponíveis para Venda" e, em 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para "Mantidos até o Vencimento".

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2016		01/01 a 30/06/2015	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Valor do Custo Amortizado	Resultado
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.279.806	93.001	12.044	338.942
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.910.549	11.560	-	-
Resultado de Títulos de Renda Variável	5.369.257	81.441	12.044	338.942
Impairment (1)	-	-	-	-
Outros (2)	-	-	-	-
Total	17.668.142	15.292.772	17.668.142	15.292.772

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2016			30/06/2015		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"	9.011.560	3.510.094	6.985.235	987.294	987.294	987.294
Ativo	122.218.953	25.401.407	26.125.309	209.008.062	28.342.202	20.923.341
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	45.882.638	25.399.435	26.153.923	45.604.973	10.734.576	12.673.331
Taxa de Juros Pré - Reais	56.439.732	-	-	39.053.719	6.698.515	(99.605)
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.863.671	-	-	29.662.160	10.898.959	8.339.397
Moeda Estrangeira	17.030.319	-	-	94.674.934	-	-
Outros	2.593	1.972	(28.614)	12.276	10.152	10.218
Passivo	113.207.393	(16.389.847)	(22.615.215)	202.022.827	(21.356.967)	(19.936.047)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	20.483.203	-	-	34.870.397	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	67.906.453	(11.466.721)	(17.726.050)	32.355.204	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	7.157.021	(4.293.350)	(4.115.916)	18.763.201	-	-
Moeda Estrangeira	17.660.095	(629.776)	(773.249)	116.031.901	(21.356.967)	(19.936.047)
Outros	621	-	-	2.124	-	-
Opções	140.632.980	408.642	383.512	179.962.656	(40.003)	(42.208)
Compromissos de Compra	70.276.288	1.133.352	1.298.559	83.620.464	328.874	430.589
Opções de Compra Dólar	6.519.077	232.451	287.091	4.232.321	172.193	254.053
Opções de Compra Dólar	4.074.781	350.192	436.409	2.487.785	60.878	99.715
Opções de Compra Outras	18.424.190	46.121	77.216	11.002.897	49.289	49.312
Mercado Interfinanceiro	18.060.103	5.122	7.282	10.566.994	9.744	18.131
Outras (1)	364.087	40.999	69.934	435.903	39.545	31.181
Opções de Venda Outras	41.258.240	504.588	497.843	65.897.461	46.514	27.509
Mercado Interfinanceiro	40.487.084	23.998	16.442	65.413.783	31.721	6.234
Outras (1)	771.156	480.590	481.401	483.678	14.793	21.275
Compromissos de Venda	70.356.692	(724.710)	(915.407)	96.342.192	(368.877)	(472.797)
Opções de Compra Dólar	4.813.058	(185.511)	(247.813)	3.865.707	(199.032)	(293.939)
Opções de Venda Dólar	5.981.727	(444.029)	(564.991)	2.521.822	(74.308)	(94.690)
Opções de Compra Outras	23.782.235	(62.673)	(95.245)	15.117.343	(46.276)	(53.019)
Mercado Interfinanceiro	23.415.823	(14.975)	(29.685)	14.668.505	(13.532)	(20.519)
Outras (1)	366.412	(37.698)	(65.560)	448.838	(32.744)	(32.500)
Opções de Venda Outras	35.779.672	(42.497)	(6.998)	74.837.320	(49.261)	(31.149)
Mercado Interfinanceiro	35.726.760	(31.167)	(3.191)	74.765.676	(34.964)	(31.149)
Outras (1)	52.912	(11.330)	(3.807)	71.644	(14.315)	(26.336)
Contratos de Futuros	177.768.917	-	-	237.478.021	-	-
Posição Comprada	32.181.721	-	-	70.315.830	-	-
Cupom Cambial (DDI)	12.315.845	-	-	13.410.120	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	12.606.968	-	-	54.758.864	-	-
Moeda Estrangeira	5.161.517	-	-	1.824.617	-	-
Índice (2)	98.441	-	-	72.900	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	249.329	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	1.998.950	-	-	60.921.031	-	-
Posição Vendida	145.587.196	-	-	167.162.191	-	-
Cupom Cambial (DDI)	56.697.307	-	-	80.605.423	-	-
Taxa de Juros (D11 e DIA)	77.260.185	-	-	16.766.105	-	-
Moeda Estrangeira	9.785.048	-	-	8.855.421	-	-
Índice (2)	1.539.750	-	-	-	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	304.906	-	-	14.211	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	48.101.402	1.889.421	1.629.057	43.084.971	243.549	288.067
Compromissos de Compra	17.934.628	585.404	147.440	16.131.940	(736.965)	(713.143)
Moedas	17.435.201	588.603	149.688	15.457.242	(735.997)	(711.633)
Outros	499.427	(3.199)	(2.248)	674.698	(968)	(1.510)
Compromissos de Venda	30.166.774	1.304.017	1.481.617	26.953.031	980.514	1.001.210
Moedas	28.044.936	1.300.818	1.480.776	26.099.367	979.546	1.000.040
Outros	2.121.838	3.199	841	853.664	968	1.170

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor Referencial		Valor Referencial	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
"Swap"	59.926.588	15.055.359	47.237.006	122.218.953
Opções	4.282.398	1.677.612	134.672.970	179.962.656
Contratos de Futuros	-	-	177.768.917	177.768.917
Contratos a Termo e Outros	33.884.831	8.679.792	5.536.779	48.101.402
Total	98.103.817	25.412.771	263.213.762	448.051.927

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor Referencial		Valor Referencial	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"	12.488.067	27.948.299	81.782.587	122.218.953
Opções	86.577.669	49.680.158	4.375.153	140.632.980
Contratos de Futuros	126.925.271	27.243.739	23.599.907	177.768.917
Contratos a Termo e Outros	25.803.291	18.077.654	4.220.457	48.101.402
Total	245.794.298	112.949.840	110.378	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira Negociação	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco				
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.388)	(134.514)	(269.027)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(5.136)	(68.714)	(137.427)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(283)	(4.635)	(9.269)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(313)	(1.389)	(2.779)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(3.597)	(89.915)	(179.879)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(331)	(824)	(1.648)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(7.999)	(125.692)	(251.384)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.430)	(35.739)	(71.479)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(13.476)	(800)	(1.600)
Total (1)		(35.953)	(462.222)	(924.442)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco				
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(98.672)	(2.790.299)	(5.291.655)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(17.412)	(465.580)	(833.889)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(12.548)	(232.578)	(653.840)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(211)	(66.695)	(119.453)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(12.702)	(94.208)	(190.016)
Taxa de Juros Mercado	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(9.370)	(151.741)	(285.105)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(618)	(15.444)	(30.888)
Total (1)		(151.533)	(3.816.545)	(7.404.846)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito	170.641.360	180.935.657
Empréstimos e Títulos Descontados (1)	91.342.000	101.728.224
Financiamentos (2)	35.026.407	38.897.283
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.503.223	5.465.318
Financiamentos Imobiliários	37.554.842	34.765.644
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	53.128	76.992
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	161.760	2.196
Operações de Arrendamento Mercantil	12	38
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1) (Nota 9)	4.931.342	5.151.020
Outros Créditos (2) (3)	27.101.130	26.997.719
Total	202.673.844	213.084.434
Circulante	100.341.899	118.557.248
Longo Prazo	102.331.945	94.527.186

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honradas, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Em 30 de junho de 2015 incluí o valor de R\$484.042 de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.Va) e o valor de R\$96.393 de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.Vb).

(4) Inclui o valor de R\$189.781 (30/06/2015 - R\$730.622) de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.Va), e o valor de R\$25.181.903 (30/06/2015 - R\$26.228.142), de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.Vb).

(5) Em 30 de junho de 2015, incluí o valor de R\$622.314 de contratos de crédito objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.Va).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2016, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$241.556 (2015 - R\$1.146.943) e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

 Em setembro de 2015, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente às operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 30 de junho de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$161.760.

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 30 de junho de 2015, o valor presente das operações cedidas era de R\$2.196 (Nota 25.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$179.502 (30/06/2015 - R\$227.952).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	7.599.596	6.593.548
A Vencer:		
Até 3 Meses	55.778.035	65.214.855
De 3 a 12 Meses	44.563.864	53.342.393
Acima de 12 Meses	94.732.349	87.933.638
Total	202.673.844	213.084.434

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	30/06/2016	30/06/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	13	44
Arrendamentos a Receber	7	24
Valores Residuais a Realizar (1)	6	20
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(6)	(21)
Valores Residuais a Balancear	(6)	(20)
Imobilizado de Arrendamento	69.667	72.552
Depreciações Acumuladas	(69.667)	(72.552)
Superveniências de Depreciações	27.838	29.551
Credores por Antecipação de Valor Residual	(27.827)	(29.516)
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	12	38

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$1 (30/06/2015 - R\$6).

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	2	11
A Vencer:		
Até 1 Ano	11	17
De 1 a 5 Anos	-	16
Total	13	44

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	1	9
A Vencer:		
Até 1 Ano	11	16
De 1 a 5 Anos	-	13
Total	12	38

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2016	30/06/2015
Sector Privado	202.576.257	212.958.155
Indústria	58.405.191	66.880.655
Comércio	24.404.289	24.935.876
Instituições Financeiras	2.329.765	2.009.819
Serviços e Outros (1)	33.766.725	37.839.016
Pessoas Físicas	81.102.077	79.196.271
Cartão de Crédito	18.484.801	17.339.296
Crédito Imobiliário	28.969.722	24.235.037
Crédito Consignado	10.722.053	10.874.195
Financiamento e Leasing de Veículos	2.071.794	2.923.255
Outros (2)	22.853.707	23.824.488
Agricultura	2.568.210	2.096.518
Sector Público	97.587	126.279
Governo Federal	-	20
Governo Estadual	62.337	98.883
Governo Municipal	35.250	27.376
Total	202.673.844	213.084.434

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Em dezembro de 2015, o Banco Santander realizou uma revisão na abertura por setores para fins desta nota explicativa, o que resultou na reclassificação de alguns itens desta informação, sem alteração do saldo final. A apresentação desta abertura referente a junho de 2015, esta consistente com o critério adotado na elaboração das demonstrações financeiras de junho de 2016.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Carteira de Créditos							30/06/2016
	% Provisão	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Provisão
AA	-	78.479.385	-	78.479.385	-	-	-	-
A	0,5%	72.451.305	-	72.451.305	362.256	268.765	631.021	631.021
B	1%	13.189.282	1.339.029	14.528.311	145.283	252.263	397.546	397.546
C	3%	9.200.183	2.505.363	11.705.546	351.166	782.513	1.133.679	1.133.679
D	10%	6.197.321	2.592.000	8.789.321	878.932	322.171	1.201.103	1.201.103
E	30%	2.038.096	1.752.496	3.790.592	1.137.178	-	1.137.178	1.137.178
F	50%	1.230.801	1.401.343	2.632.144	1.316.072	-	1.316.072	1.316.072
G	70%	843.911	2.153.496	2.997.407	2.098.185	-	2.098.185	2.098.185
H	100%	2.625.016	4.674.817	7.299.833	7.299.833	-	7.299.833	7.299.833
Total		186.255.300	16.418.544	202.673.844	13.588.905	1.625.712	15.214.617	15.214.617

Nível de Risco	Carteira de Créditos							30/06/2015
	% Provisão	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Provisão
AA	-	93.695.371	-	93.695.371	-	-	-	-
A	0,5%	73.581.798	-	73.581.798	367.909	268.691	636.600	636.600
B	1%	11.415.755	1.339.554	12.755.309	127.553	220.074	347.627	347.627
C	3%	8.178.576	2.000.164	10.178.740	305.362	410.670	716.032	716.032
D	10%	5.568.049	2.430.062	7.998.111	799.811	-	799.811	799.811
E	30%	1.390.969	1.303.956	2.694.925	808.478	-	808.478	808.478
F	50%	763.328	1.162.324	1.925.652	962.826	-	962.826	962.826
G	70%	589.542	956.596	1.546.138	1.082.297	-	1.082.297	1.082.297
H	100%	2.890.561	5.795.641	8.686.202	8.686.202	-	8.686.202	8.686.202
Total		198.073.949	14.897.697	212.971.646	13.049.838	899.435	13.949.273	13.949.273

(1) Inclui parcelas vencidas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

(3) Em 30 de junho de 2015, o total da carteira de créditos incluí o valor de R\$112.788, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.Va).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	15.593.565	13.539.025
Constituições Líquidas das Reversões	4.998.856	5.744.101
Baixas	(5.377.804)	(5.333.853)
Saldo Final (1)	15.214.617	13.949.273
Circulante	3.729.001	3.192.786
Longo Prazo	11.485.616	10.756.487
Créditos Recuperados (2)	1.310.780	968.104

(1) Inclui R\$1 (30/06/2015 - R\$12) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$94.162 (2015 - R\$74.251).

g) Créditos Renegociados

	30/06/2016	30/06/2015
Créditos Renegociados	13.309.863	12.714.722
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.432.223)	(6.958.764)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	55,8%	54,7%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	30/06/2016		30/06/2015	
	Risco	%	Risco	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As posições financeiras resumidas da dependência no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo	73.929.247	89.265.676
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	73.929.247	89.265.676
Disponibilidades	357.498	272.075
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.290.546	22.409.131
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	33.929.035	32.625.287
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.194.414	29.381.682
Carteira de Câmbio	5.060.236	2.743.749
Outros	1.097.508	1.833.728
Ativo Permanente	10	24
Passivo	73.929.247	89.265.676
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	39.661.489	51.364.696
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	6.816.587	13.643.074
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	4.946.946	11.807.638
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	19.533.916	20.550.265
Carteira de Câmbio	5.504.407	2.619.523
Outros	2.859.633	2.744.196
Resultados de Exercícios Futuros	266	904
Patrimônio Líquido	34.267.492	37.900.076
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2016	30/06/2015
Resultado	253.251	398.535

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.
⁽²⁾ Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
⁽³⁾ A variação do saldo refere-se principalmente a liquidações de eurobonds durante o primeiro trimestre de 2016.

14. Participações em Coligadas e Controladas

	30/06/2016			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
	Direta ou Indiretamente (Mil Ações Ordinárias e Cotas Preferenciais)	Participação Direta	Participação Indireta	
Investimentos				
Controladas do Banco Santander				
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) ⁽¹²⁾	Leasing	11.043.798	-	78,57%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)) ⁽¹³⁾	Banco	81	81	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹⁷⁾	Outras Atividades	1.324	-	96,58%
Santander Participações	Holding	4.597	-	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ⁽¹⁵⁾	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) ⁽¹¹⁾	Holding	12.728.211	-	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽¹⁶⁾	Outras Atividades	4.800	-	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁸⁾	Securitizadora	-	-	100,00%
Controladas da Aymoré CFI ⁽⁹⁾				
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ⁽⁹⁾	Outras Atividades	40.000	-	100,00%
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁶⁾	Banco	210.000	-	60,00%
Controladas da Sancap				
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	100,00%
Evidência ⁽⁹⁾	Previdência	12.591.172	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços				
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A. ⁽²⁾				
Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors)	Outras Atividades	1	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander				
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	9	-	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.659	2.953	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços				
Webmotors S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	366.182.676	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. ⁽⁷⁾				
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U. Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	1.276	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	100,00%
Controlada da TecBan				
Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽⁹⁾	Outras Atividades	105.259	-	100,00%
Controlada da Tbnnet				
Tbfort Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	100.365	-	100,00%
Controladas Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁶⁾				
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda. (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda.) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	450	-	100,00%
Coligada				
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado (Prejuízo) Ajustado	Lucro Líquido Ajustado	Valor dos Investimentos	Equivalência Patrimonial	Resultado da Patrimonial
	30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing ⁽¹²⁾	5.732.222	176.708	4.504.039	4.163.721	138.847
Santander Brasil Consórcio	1.164.473	10.657	1.164.473	156.665	10.657
Banco Bandepe	3.039.240	106.608	3.039.240	3.094.866	106.608
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ⁽⁸⁾ ⁽¹³⁾	1.330.658	(20.733)	530.812	-	(8.271)
Aymoré CFI	1.492.761	78.654	1.492.761	1.512.782	265.918
CFI RCI Brasil ⁽¹³⁾	-	-	-	532.382	43.148
Santander Securities Services Brasil	-	-	-	934.136	64.475
DTVM S.A. ⁽⁸⁾	-	-	-	40.362	40.362
Santander CCVM	497.568	11.646	497.568	423.373	11.646
Santander Microcrédito	19.015	181	19.015	22.752	181
Santander Brasil Advisory ⁽¹⁷⁾	14.990	511	14.477	13.831	493
Santander Participações	1.393.163	(5.584)	1.393.163	1.703.201	(5.584)
Getnet S.A. ⁽⁷⁾	1.364.845	100.705	1.203.030	1.150.339	97.295
Sancap ⁽¹¹⁾	357.604	53.698	327.604	345.058	53.698
Santander Serviços	683.710	78.585	410.754	330.028	(18.654)
Mantiq ⁽¹⁶⁾	6.141	3.277	6.141	6.004	3.277
Santander Brasil EFC	2.707.070	(66.008)	2.707.070	2.707.517	(66.008)
Controladas da Aymoré CFI ⁽⁹⁾					
Super Pagamentos ⁽⁹⁾	24.920	(5.025)	-	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁶⁾	603.648	(8.781)	-	-	-
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização	104.902	48.856	-	-	-
Evidência ⁽⁹⁾	277.925	58.873	-	-	-
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	21.650	(325.848)	-	-	-
Controlada da Webmotors S.A. ⁽²⁾					
Virtual Motors	257	(326)	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec ⁽¹⁾	75.059	3.731	10.235	10.192	509
Norchem Participações	49.145	1.814	24.572	22.601	907
EBP ⁽¹⁾	56.009	(2.357)	6.223	6.570	(473)
Controladas em Conjunto da Santander Serviços					
Webmotors S.A. ⁽²⁾	259.362	16.328	-	-	-
TecBan	398.456	20.810	-	-	-
Controladas da Getnet S.A. ⁽⁷⁾					
Auttar HUT	11.304	811	-	-	-
Integry Tecnologia	(286)	(189)	-	-	-
Toque Fale	2.068	1.097	-	-	-
Controlada da TecBan					
Tbnet ⁽⁹⁾	56.976	(24.533)	-	-	-
Controlada da Tbnnet					
Tbfort ⁽¹⁴⁾	53.884	(24.877)	-	-	-
Controladas Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁶⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	6.874	(3.379)	-	-	-
Bonsucesso Tecnologia Ltda. (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda.) ⁽¹⁰⁾	13.608	3.576	-	-	-
Coligadas					
Norchem Holdings			20.174	18.704	670
Outras			234	255	16.548
Total Banco	16.323.585	17.154.977	486.401	739.722	

⁽¹⁾ Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
⁽²⁾ Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales, com Investments PTY LTD. (Carsales).
⁽³⁾ Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Susep, a transferência da Carteira de Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidência. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidência. Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 23 de dezembro de 2015, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$185.000 para R\$250.000, mediante a emissão de 3.653.145.728 novas ações ordinárias, passando de 8.938.026.072 ações para 12.591.171.800 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.
⁽⁴⁾ Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$11 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016 (Nota 36 c).
⁽⁵⁾ O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
⁽⁶⁾ Investimento alienado em agosto de 2015 (Nota 36 d).
⁽⁷⁾ A participação detida pela Getnet S.A. na Pos Móvil foi encerrada em razão do fim do prazo de duração desta última e sua consequente dissolução, conforme nota publicada no Diário Oficial De La Republica de Chile em 21 de agosto de 2015, e em junho de 2016 a participação detida na Zettle do Brasil S.A foi alienada.
⁽⁸⁾ Na AGE de 21 de julho de 2015, foi aprovada a transformação da Companhia em Banco Múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento e também a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.
⁽⁹⁾ Em Reunião dos sócios realizado no dia 5 de outubro de 2015, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$26.231, passando dos atuais R\$11.156 para R\$37.387, com a emissão de 26.231 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujo aumento foi integralizado nesta mesma data em moeda corrente do país. Em Reuniões dos sócios realizados no primeiro semestre de 2016 foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$67.872, passando o capital social dos atuais R\$37.387 para R\$105.259, com a emissão de 67.872 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
⁽¹⁰⁾ Em Reunião de sócios realizado no dia 6 de agosto de 2015, foi aprovado a alteração da denominação social da BSI Informática Ltda. para Bonsucesso Tecnologia Ltda.
⁽¹¹⁾ Na AGE de 23 de dezembro de 2015 foi aprovado um aumento no capital social no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$135.089 para R\$200.089, mediante a emissão de 1.477.036.526 novas ações ordinárias, passando de 11.251.174.951 ações para 12.728.211.477 ações ordinárias, as ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional pelo Banco Santander.
⁽¹²⁾ O Banco Santander recomprou 1.639 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em março de 2016.
⁽¹³⁾ Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A., nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data. A incorporação resultou o aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A., no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As 243 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil S.A. detidas pela RCI Brasil e as novas ações emitidas atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação. Com esse processo a participação anteriormente detida pela RCI Brasil passou para o Banco Santander.
⁽¹⁴⁾ Em Reuniões dos sócios realizados no primeiro semestre de 2016 foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$92.548, passando o capital social dos atuais R\$7.817 para R\$100.365, com a emissão de 92.548 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.

⁽¹⁵⁾ Em maio de 2016, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como instituição de pagamento.
⁽¹⁶⁾ Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.
⁽¹⁷⁾ O Banco Santander recomprou 767 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em abril de 2016.
⁽¹⁸⁾ Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.

15. Imobilizado de Uso

	30/06/2016	30/06/2015
Imóveis de Uso	13.395.582	6.272.019
Terrenos	2.549.647	1.926.835
Edificações	663.757	663.757
Outras Imobilizações de Uso	10.845.935	4.339.913
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.896.846	1.448.855
Sistemas de Processamento de Dados	3.244.551	885.500
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	3.656.624	1.645.746
Sistemas de Segurança e Comunicações	720.660	295.657
Outras	327.254	64.152
Total	13.395.582	6.272.019

16. Intangível

	30/06/2016	30/06/2015
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	3.801.762
Outros Ativos Intangíveis	7.728.064	2.598.500
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽¹⁾	5.205.562	1.580.917
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	2.375.433	947.624
Outros	147.069	69.959
Total	33.848.101	5.858.520

⁽¹⁾ Em 2015, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).
 O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.
 A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) impactos dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.
 A data base do teste de recuperabilidade é de 31 de dezembro de 2015, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade).

	30/06/2016	30/06/2015
Banco Comercial	31/12/2015	
Valor em Uso: Fluxos de Caixa	5 Anos	7,5%
	5 Anos	15,2%

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.
⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,11%.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias				Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins		
2016	134.345	106.455	25.939	266.739	
2017	205.752	162.652	39.643	408.047	
2018	142.814	112.396	27.406	282.616	
2019	141.655	84.297	27.406	253.358	
2020	77.894	46.737	15.195	139.826	
2021 a 2023	45.882	27.529	8.950	82.361	
2024 a 2025	22.941	13.764	4.475	41.180	
Total	771.283	553.830	149.014	1.474.127	

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

Ano	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2016		30/06/2015	
			Total	Total	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	105,0%	4.992.929	3.912.212		
CDB Subordinado	outubro-06	104,5%	2.426.209	2.114.010		
CDB Subordinado	junho-06 a outubro-06	104,5%	1.317.044	1.147.570		
CDB Subordinado	maio-08	CDI ⁽¹⁾	91.362	106.047		
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	IPCA ⁽²⁾	347.353	266.610		
Total			8.674.897	7.546.449		
Circulante			8.227.285	-		
Longo Prazo			447.612	7.546.449		

⁽¹⁾ CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

⁽²⁾ Indexado entre 100% e 112% do CDI.

⁽³⁾ Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR de acordo com o Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)		Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾		Total	
			(em Milhões)	Juros (a.a.) ⁽²⁾	Total	Total	Total	Total
Nível I ⁽³⁾	junho-14	Sem Prazo (Perpétuo)	\$3.000	7,375%	4.064.716	3.928.066		
Nível II ⁽³⁾	junho-14	junho-24	\$3.000	6,000%	4.123.484	3.985.769		
Total					8.188.200	7.913.835		
Circulante					178.385	171.529		
Longo Prazo					8.009.815	7.742.306		

⁽¹⁾ Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

⁽²⁾ Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

⁽³⁾ A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

21. Outras Obrigações - Diversas

Obrigações com Cartões de Crédito	30/06/2016		30/06/2015	
	Total	Total	Total	Total
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	20.213.624	17.467.775		
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	4.381.519	3.894.049		
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.775.353	3.474.874		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 22.i)	22.393	191.045		
Provisão para Pagamentos a Eletuar	4.247	4.384		
Despesas de Pessoal	1.357.598	1.401.108		
Despesas Administrativas	251.563	356.391		
Outros Pagamentos	48.816	149.296		
Créditos por Recursos a Liberar	487.824	885.048		
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	324.933	256.389		
Fornecedores	352.254	216.444		
Outras	3.345.117	2.346.110		
Total	33.565.541	30.642.913		
Circulante	28.205.203	22.753.463		
Longo Prazo	5.360.338	7.889.450		

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) **Ativos Contingentes**
Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.p).

b) **Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	30/06/2016		30/06/2015	
	Total	Total	Total	Total
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	4.560.487	4.515.560		
Ações Trabalhistas	4.381.819	3.894.049		
Ações Cíveis	2.373.519	1.222.250		
Total	8.942.306	8.409.609		

c) **Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 30/06/2016			01/01 a 30/06/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.475.644	2.422.387	1.838.658	11.383.052	1.914.476	1.612.518
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾ ⁽²⁾	90.139	363.867	352.750	(7.314.470)	542.386	395.649
Atualização Monetária	201.979	143.620	84.150	463.481	124.083	76.290
Baixas por Pagamento	(207.275)	(551.295)	(267.258)	(4.772)	(521.200)	(312.658)
Outros	-	(5.060)	-	(11.731)	62.505	-
Saldo Final	4.560.487	2.373.519	2.008.300	4.515.560	2.122.250	1.771.799
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.984.854	329.075	382.145	1.011.715	331.826	356.455
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	32.686	6.262	10.204	45.681	9.395	6.871
Total dos Depósitos em Garantia	2.017.540	335.337	392.349	1.057.396	341.221	363.326

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 22.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.599.005 (30/06/2015 - R\$1.460.572): o Banco Santander ajuizou medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 19 de agosto de 2015, os Embargos de Declaração apresentados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados, por unanimidade, na sessão plenária do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$331.439 (30/06/2015 - R\$605.615): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$809.450 (30/06/2015 - R\$775.507): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$318.325 (30/06/2015 - R\$480.791): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas, que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$673.698 (30/06/2015 - R\$641.582): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em julho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no período findo em 30 de junho de 2016 totalizaram R\$1.349 milhões.

Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Essas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perdas dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram os contratos monetários do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas apesar de esses tribunais por seu conteúdo e fundamentação.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$14.471 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2016, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$746 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2016, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.843 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-contratador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2016, o valor era de aproximadamente R\$270 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de junho de 2016, o valor era de R\$1.211 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram auto de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2016, o valor era de R\$542 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$93 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.941 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$726.325, R\$718 e R\$3.529 (30/06/2015 - R\$677.006, R\$1.088 e R\$3.296), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-contratadores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e noventa mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2016		30/06/2015		Em Milhares de Ações	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	79.589	105.062	184.651	116.242	142.155	258.397
De Domiciliados no Exterior	3.771.382	3.607.049	7.378.431	3.753.608	3.588.835	7.342.443
Total	3.850.971	3.712.111	<			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações					
30/06/2016					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações
Acionistas					
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318
Banco Santander, S.A. (1)	518.207	13,5%	519.089	14,0%	1.037.296
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) (1)	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624
Funcionários	3.460	0,1%	3.473	0,1%	6.933
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	175.972	4,6%	203.763	5,5%	379.735
Total em Circulação	3.826.465	99,5%	3.687.605	99,4%	7.514.070
Ações em Tesouraria	24.506	0,5%	24.506	0,6%	49.012
Total	3.850.971	100,0%	3.712.111	100,0%	7.563.082
Free Float (2)	387.244	10,0%	415.048	11,2%	802.292

Em Milhares de Ações					
30/06/2015					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações
Acionistas					
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227
GES (1)	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318
Banco Santander, S.A. (1)	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296
SIH (1)	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937
Qatar Holding	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924
Funcionários	3.688	0,1%	3.710	0,1%	7.398
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	200.799	5,2%	228.581	6,2%	429.380
Total em Circulação	3.840.170	99,3%	3.701.310	99,3%	7.541.480
Ações em Tesouraria	29.680	0,7%	29.680	0,7%	59.360
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840
Free Float (2)	400.949	10,4%	428.753	11,5%	829.702

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
 (2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.
 (3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Disponibilidades	264.842	-	518.110	-
Banco Santander Espanha (2)	261.374	-	514.680	-
Banco Santander (México), S.A. (4)	128	-	51	-
Banco Santander Totta, S.A. (4)	3.006	-	3.324	-
Diversos	34	-	55	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.518.638	2.090.313	52.307.752	1.611.622
Aymoré CFI (3)	26.705.993	1.667.882	27.825.209	1.452.791
Banco Santander Espanha (1) (2)	14.308.910	21.867	21.448.274	10.546
CFI RCI Brasil (5)	-	-	1.262.844	84.258
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) (5)	907.003	68.522	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) (3) (11)	5.596.732	332.042	1.771.425	64.027
Títulos e Valores Mobiliários	84.198.986	4.947.617	56.120.921	2.986.890
Santander Leasing (3)	84.198.986	4.947.617	56.120.921	2.986.890
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(159.663)	561.971	(932.359)	(76.097)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) (4)	-	-	434.627	78.783
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) (4)	(225.386)	125.651	(1.263.963)	(183.826)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) (4)	(90.086)	37.251	(87.990)	(42.565)
Banco Santander Espanha (2)	(55.890)	(11.614)	(33.065)	(48.918)
Santander FI Amazonas (3)	188.965	401.216	(3.657)	1.000
Santander Paraty (3)	(49.605)	(25.943)	(8.780)	-
Santander FI Diamantina (3)	72.339	35.410	30.469	119.366
Banco Bandepe (3)	-	-	-	63
Operações de Crédito	-	1.426	2.196	717
Cibrasec (3)	-	1.426	-	2.196
Dividendos e Bonificações a Receber	100.000	-	294.720	270.364
Aymoré CFI (3)	-	-	42.500	50.000
Santander Leasing (3)	-	-	170.309	200.364
Sancap (3)	100.000	-	64.911	-
Santander CCVM (3)	-	-	17.000	20.000
Negociação e Intermediação de Valores	383.293	833	611.166	517
Abbey National Treasury (4)	95.796	204	68.800	23
Banco Santander Espanha (2)	287.497	629	542.366	494
Carteira de Câmbio - Líquida	(119.480)	(123.224)	174.925	(422.224)
Banco Santander Espanha (2)	(119.480)	(123.224)	56.949	(436.367)
Santander Benelux (4)	-	-	117.976	14.143
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	819.847	1.284.189	680.135	1.209.431
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	797.867	752.954	654.489	746.493
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	-	134.787	-	102.501
Santander Capitalização S.A. (3)	19.480	109.795	15.889	88.733
Aymoré CFI (3)	-	216.886	-	204.701
Santander CCVM (3)	-	45.403	-	38.012
Santander Leasing (3)	-	2.438	-	6.460
Santander Brasil Asset (3)	-	-	-	2.487
Santander Serviços (3)	-	9.523	-	5.568
Santander Microcrédito (3)	-	3.495	-	3.537
Santander Brasil Consórcio (3)	-	1.617	-	4.221
Santander Participações (3)	-	2.500	-	2.085
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) (5)	-	-	8.116	-
Diversos	2.500	4.791	1.641	4.633
Resultado não Operacional	-	-	-	34.404
Capital Riesgo Global (9)	-	-	-	34.404
Outros Créditos - Diversos	6.526	22.016	12.151	12.683
Banco Santander Espanha (2)	4.589	1.540	11.930	-
Santander Capitalização S.A. (3)	1.669	3.923	-	1.832
Santander Paraty (3)	-	-	-	1.792
Banco Santander Internacional (4)	-	-	-	5.358
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (3) (10)	-	1.173	-	1.173
Diversos	268	2.659	221	2.528
Depósitos	(72.031.789)	(4.239.223)	(24.709.432)	(1.162.971)
Santander Leasing (3)	(64.640.363)	(3.800.272)	(19.624.120)	(924.567)
Banco Santander Espanha (2)	(1.561)	-	(9.280)	-
Aymoré CFI (3)	(3.165.886)	(225.163)	(2.779.042)	(117.404)
Banco Bandepe (3)	(1.012.922)	(75.699)	(1.236.000)	(66.915)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	(21.762)	-	(25.690)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	(27.118)	-	(2.782)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (6)	(70.871)	(6.678)	(2.547)	(2.042)
Sancap (3)	(16.736)	(865)	(2.224)	(138)
Santander Brasil Asset (3)	(13.886)	(908)	(19.713)	(1.003)
Webmotors S.A. (7)	(212.829)	(14.041)	(166.798)	(10.341)
Fundo de Investimento Santillana (4)	(657.918)	(41.528)	(1)	(818)
Isban Brasil S.A. (4)	(12.901)	(1.776)	(1.088)	(484)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	(13.774)	(885)	(1.292)	(213)
CFI RCI Brasil (5)	-	-	(27.346)	-
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) (5)	(105.096)	(6.459)	(6.886)	(32)
Santander Microcrédito (3)	(7.433)	(671)	(58)	(220)
Santander Participações (3)	(656.062)	(39.564)	(100.339)	(3.361)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (3) (10)	(142.754)	(9.035)	(513.504)	(27.888)
Santander Brasil Consórcio (3)	(69.565)	(4.459)	(14.226)	(1.556)
Santander Paraty (3)	(63.144)	-	(61.311)	(299)
Santander Capitalização S.A. (3)	(9.157)	-	(7.693)	-
Santander CCVM (3)	(52.979)	(4.334)	(93.630)	(5.140)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (6)	(26.947)	(1.504)	-	-
Super Pagamentos (3)	(14.892)	(865)	(109)	-
Webcasas S.A. (3)	(21.218)	(1.348)	(81)	(3)
Santander Brasil Advisory (3)	(11.845)	(768)	(15)	(1)
Santander Brasil EFC (3)	(955.827)	-	-	-
Diversos	(26.543)	(2.401)	(13.657)	(546)
Operações Compromissadas	(2.016.956)	(1.236.998)	(29.651.495)	(1.948.412)
Fundo de Investimento Santillana (4)	(334.688)	(20.661)	-	-
Getnet S.A. (3)	(174.794)	(8.196)	(63.814)	(3.950)
Santander FI Amazonas (3)	(179.677)	(12.038)	(118.763)	(5.503)
Santander FI Financeira (3)	(9.213.133)	(580.758)	(8.077.987)	(453.075)
Santander Leasing (3)	(10.950.000)	(605.070)	(19.249.797)	(1.390.879)
Banco Bandepe (3)	(46.231)	(3.371)	(6.710)	(620)
Santander CCVM (3)	(6.599)	(586)	(10.570)	(984)
Santander FI SBAC (3)	(8.853)	(1.036)	(20.454)	(1.471)
Santander FI Guarujá (3)	(36.341)	(653)	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (6)	-	-	(122.208)	(4.922)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (6)	-	-	(899.043)	(50.747)
Santander FI Diamantina (3)	(66.640)	(4.080)	(54.100)	(2.759)
Super Pagamentos (3)	-	(405)	(26.933)	(1.470)
Santander Brasil Advisory (3)	-	-	(11.453)	(668)
Webmotors S.A. (7)	-	-	(33.227)	(987)
Santander Brasil Consórcio (3)	-	-	(49.242)	(2.453)
Isban Brasil S.A. (4)	-	-	(78.803)	(2.817)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	-	-	(34.522)	(1.394)
Webcasas S.A. (3)	-	-	(19.690)	(1.111)
Santander Participações (3)	-	-	(753.487)	(21.634)
Santander Microcrédito (3)	-	-	(13.318)	(506)
Diversos	-	(144)	(7.374)	(462)
Recursos de Aceltes e Emissão de Títulos	(9.294)	(120)	-	-
Super Pagamentos (3)	(9.294)	(120)	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(124.416)	-	(31.902)	-
Banco Santander Espanha (2)	(111.013)	-	(29.642)	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) (4)	(13.197)	-	(2.260)	-
Banco Santander (México), S.A. (4)	(206)	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(379.614)	-	(133.409)	-
Banco Santander Espanha (2)	(58.724)	-	(20.637)	-
Sterrebeek B.V. (2)	(200.379)	-	(70.420)	-
GES (3)	(120.191)	-	(42.239)	-
SIH (4)	(213)	-	(75)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) (4)	(107)	-	(38)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(56.363)	(215.297)	(30.051)	(378.313)
Produban Serviços Informáticos Generales, S.L. (Produban Serviços) (4)	(13.737)	(13.737)	(4.595)	(8.283)
Isban Brasil S.A. (4)	(22.566)	(51.469)	(2.150)	(45.927)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	(2.886)	(92.232)	(4.711)	(71.654)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. (4)	-	-	(4.256)	(21.709)
Ingeniería de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) (4)	(8.410)	(12.270)	(1.446)	(7.743)
Santander Microcrédito (3)	(3.411)	(19.083)	(3.043)	(17.682)
Banco Santander Espanha (2)	-	(420)	(13.124)	(263)
Santander Leasing (3)	-	-	-	(188.624)
Getnet S.A. (3)	(1.433)	(8.104)	(859)	(3.434)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (3) (10)	(3.858)	(16.882)	-	(9.839)
Diversos	(62)	(1.100)	(107)	(3.145)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.739.354)	(188.081)	(7.480.878)	(188.081)
Banco Santander Espanha (2) (8)	(7.739.354)	(188.081)	(7.480.878)	(188.081)
Despesas com Doações	-	(6.700)	-	(6.000)
Fundação Sudameris	-	(6.700)	-	(6.000)
Outras Obrigações - Diversas	(61.260)	(655.235)	(45.731)	(539.607)

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os beneficiários de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os beneficiários de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (**DCA, DAB e CACIBAN**) de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bande Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria complementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdenciários, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Em 8 de junho de 2015, através do Ofício 1504/CGTR/DITEC/PREVIC, foi aprovado o encerramento dos Planos de Benefícios I, II e III, bem como o encerramento da autorização para funcionamento da Fasass, como entidade fechada de Previdência Complementar. Em 10 de novembro de 2015 essa entidade foi extinta, com a baixa do respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	30/06/2016		30/06/2015	
	Banesprev (1)	Sanprev	Santander-previ (1)	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(17.952.250)	(369.117)	(3.369)	(1.104.991)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.842.382	758.038	4.395	1.477.622
	(2.109.868)	388.921	1.026	372.631
Sendo:				
Superávit	168.631	388.921	1.026	372.631
Déficit	(2.278.499)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	168.631	388.921	1.026	372.631
Ativo Atuarial Líquido	(2.278.499)	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.278.499)	-	-	-
Contribuições Efetuadas (1)	349.676	-	-	226
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(128.845)	-	-	(226)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.190.619)	(10.989)	487	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.439.121	88.391	665	118.727

	30/06/2015		30/06/2014	
	Banesprev (1)	Sanprev	Outros Planos (1)	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(16.101.894)	(351.395)	(347.619)	(1.133.735)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.093.190	687.954	3.921	1.484.079
	(2.008.704)	336.559	(343.698)	350.344
Sendo:				
Superávit	174.305	336.559	565	350.344
Déficit	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	174.305	336.559	565	350.344
Ativo Atuarial Líquido	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Contribuições Efetuadas	152.807	-	25.533	(232)
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(132.564)	-	(17.808)	(331)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.941.564)	(10.989)	(272.099)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	891.616	98.116	241	120.294

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Na linha de contribuições efetuadas o aumento no valor de contribuição/pagamento teve como evento extraordinário o aporte no valor de R\$170 milhões.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Banesprev (1)	Sanprev	Santander-previ (1)	Bandeprev
Experiência do Plano	(19.289)	(359)	(9)	(1.585)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.867.845)	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.887.134)	(359)	(9)	(1.585)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.623.805	47.013	440	35.295
Mudança no Superávit Irrecuperável	(23.594)	(45.629)	(430)	(33.967)

	30/06/2015		30/06/2014	
	Banesprev (1)	Sanprev	Outros Planos (1)	Bandeprev
Experiência do Plano	(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	174.426	65.331	41	45.533

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Banesprev		
Plano I	11,44	11,45
Plano II	10,71	11,27
Plano III	8,33	8,60
Plano IV	16,38	17,34
Plano V	8,66	8,92
Pré-75	9,27	9,64
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,62	6,65
Sanprev		
Plano I	6,62	6,68
Plano II	15,85	16,75
Plano III	9,03	9,30
Bandeprev		
Plano Básico	9,03	9,48
Plano Especial I	6,86	6,94
Plano Especial II	6,75	6,80
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,95	7,15

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2016, foi de R\$41.556 (2015 - R\$35.821).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidiava 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	30/06/2016		30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.182.336)	(496.854)	(5.743.303)	(547.542)
Valor Justo dos Ativos do Plano	6.335.337	-	5.343.243	-
	153.001	(496.854)	(400.060)	(547.542)
Sendo:				
Superávit	153.001	-	-	-
Déficit	-	(496.854)	(400.060)	(547.542)
Valor não Reconhecido como Ativo	153.001	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	-	(496.854)	(400.060)	(547.542)
Contribuições Efetuadas	24.035	15.001	23.346	12.329
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(24.035)	(28.172)	(37.426)	(29.147)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.658	(45.179)	(387.275)	(125.277)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.077.416	-	765.556	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(3.201)	(591)	(2.750)	(578)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(722.048)	-	(277.900)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(725.249)	(591)	(280.650)	(578)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	756.737	-	511.060	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(29.014)	-	-	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Planos		
Cabesp	12,84	13,97
Lei 9.656/1998	27,69	28,69
Bandepe	12,68	14,51
Clinica Grátis	10,90	11,72
Diretores Vitalícios	8,90	9,81
Circulares (1)	13,16 e 9,94	13,66 e 10,88
Seguro de Vida	8,14	8,78

(1) A duração 13,16 (31/12/2014 - 13,66) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 9,94 (31/12/2014 - 10,88) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015 são as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de Patrimônio	0,5%	3,0%
Instrumentos de Dívida	98,5%	93,9%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	0,7%	2,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	30/06/2016	30/06/2015		
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,93 (1) e 12,25%	10,93 (2) e 12,03%	10,9%	10,63 (2) e 11,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,93 (1) e 12,25%	10,93 (2) e 12,03%	10,9%	10,63 (2) e 11,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75 e (2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

	31/12/2015		31/12/2014	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	88.469	(150.372)	90.431	(31.406)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	719.789	(615.320)	797.418	(673.468)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados aos participantes do Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações. A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos de compra de ações são:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2013 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de Entrega de Ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.
- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.
- Risco operacional é a possibilidade de perdas decorrente da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas, ou por acontecimentos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos e de reputação. A gestão e o controle dos riscos operacionais buscam fortalecer os fatores de controles internos e do ambiente de negócios e assim contribuir no aprimoramento do processo decisório e atendimento aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia e às exigências da Lei Sarbanes Oxley. O Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management - Integrated Framework 2013*.
- Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislações aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.
- Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daqueles que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos a fim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco reputacional é o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturaram em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- Gestão de riscos desde sua geração;
- Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão. Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (doravante, VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Auditoria Interna, em seu trabalho de última etapa de controle existente no Conglomerado Santander, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação à área de negócios;
- Envolvimento da direção nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com representantes da gestão do Banco, entre eles o Presidente, o Vice-Presidente de Riscos e os demais membros da comissão executiva. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir as ações quanto às recomendações formuladas pelo regulador local e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas com a gestão de riscos; e

• Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

OCCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados):

• **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (doravante, GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e

• **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfolios* (baixa probabilidade de inadimplência) recorrendo-se a dados de mercado para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revistas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Clientes Globais do Atacado (GCB), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revistas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

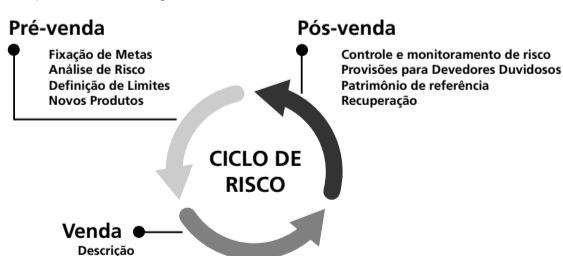
Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições à qual as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de rating de crédito;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela direção do Conglomerado Santander e das unidades.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos clientes individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os clientes GCB é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e/ou Sociedades do Conglomerado Santander.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um rating interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizados ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite, porá o risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados trimestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação FEVE também pode decorrer da revisão realizada pela auditoria interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações.

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo "Mapa de Responsabilidade", documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

Equipos utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuzar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Após esgotados todos os recursos de cobrança executamos vendas de carteira de créditos inadimplentes. Essas vendas de carteiras de crédito acontecem periodicamente por meio de processos de leilão, precificando essa carteira de forma justa e com menor impacto para o Banco.

Vendas de Carteira de Créditos Inadimplidos

Com foco em operações em situação de prejuízo, são realizadas periodicamente através de processos de leilão competitivo ou bilateral, nos quais se avaliam as condições, características e preço de venda das carteiras que serão ofertadas para os investidores potenciais.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O modelo de gerenciamento de capital implantado conta com uma estrutura adequada e bem definida, as ações adotadas são planejadas e contundentes, o que permite o controle seguro e eficiência do uso de capital.

Na estrutura estabelecida há segregação de funções por área especializada, sendo:

- Área de Riscos - que identifica, modela e controla os riscos;
- Área de Finanças - que controla, apura e reporta o consumo de capital; e
- Área de Gestão de Capital - incumbida de realizar o planejamento e a gestão do capital.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente e seus resultados, reportados à Direção. Já a estrutura do gerenciamento de riscos é pautada em três princípios básicos:

1. Segregação de Funções - a adequada gestão e o controle do Capital requer uma clara alocação de responsabilidades entre as distintas funções e unidades envolvidas tanto em nível local como corporativo, assim como da coordenação e colaboração entre as mesmas para a realização dos objetivos da Entidade e do Grupo.

2. Estrutura Organizacional - a estrutura organizacional local implicada na gestão do Capital deve ser consistente com a estrutura corporativa, sem prejuízo da aplicação do princípio de proporcionalidade.

3. Decisões em Órgãos Colegiados - o estabelecimento de órgãos colegiados em matéria de Capital assegura o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais, tanto em nível local, como corporativo.

No Santander Brasil há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disto contamos com uma política institucional de gestão de capital que serve como diretriz para o cálculo, gestão, controle e reporte de Capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos para estrutura de gerenciamento de capital estabelecidos na Resolução do CMN 3.988/2011.

Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos "ratios" de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

Risco Socioambiental

A inclusão dos aspectos socioambientais na estratégia de negócios é uma das premissas da atuação do Banco Santander. O conjunto de práticas no tema segue uma agenda própria dentro de três eixos estratégicos:

- Inclusão Social e Financeira;
- Educação; e
- Gestão e Negócios Socioambientais.

A visão do Santander sobre o tema está pautada pela necessidade de evolução da sociedade e do mercado em direção a melhores práticas socioambientais, fomentando uma economia que seja dinâmica, inclusiva e ambientalmente equilibrada. Sob esta perspectiva, a sustentabilidade no Santander se traduz na gestão de riscos e na agenda positiva, ligada ao fomento dos negócios dos clientes e da evolução das atividades do Banco.

O Santander Brasil está preparado para um processo colaborativo de construção, compartilhamento de experiências e resultados com seus pares, principais stakeholders e com o Bacen. Este movimento tornará o Sistema Financeiro Nacional mais sólido e robusto, portanto mais preparado para um novo cenário econômico mundial e seus desafios.

O modelo de governança da sustentabilidade do Banco tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico, dar suporte à evolução contínua do tema dentro do Banco e também gerenciar os riscos relacionados a este tema.

O principal órgão de alcance global desta estrutura é o Comitê Global de Sustentabilidade do Grupo Santander, composto pelo CEO global e por membros da Administração que garantem a integração da sustentabilidade no modelo de negócios por meio da definição de planos estratégicos e políticas de sustentabilidade do Banco.

No Brasil a aplicação dessas diretrizes na Governança Corporativa é realizada em duas instâncias: o Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, ligado ao Conselho de Administração e coordenado por Jesuís Maria Zabalza Lotina, Vice-Presidente do Conselho de Administração, que conta com três membros independentes e a área de Sustentabilidade, ligada à Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais stakeholders, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da sustentabilidade.

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades a organização. Da mesma forma, entende-se que o risco socioambiental é transversal aos demais riscos devendo ser gerenciado de forma efetiva e sistemática. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: redução do fluxo de caixa, perda de ativos, risco de imagem, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

O modelo de governança da sustentabilidade do Banco tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico, dar suporte à evolução contínua do tema dentro do Banco e também gerenciar os riscos relacionados a este tema.

O principal órgão de alcance global desta estrutura é o Comitê Global de Sustentabilidade do Grupo Santander, composto pelo CEO global e por membros da Administração que garantem a integração da sustentabilidade no modelo de negócios por meio da definição de planos estratégicos e políticas de sustentabilidade do Banco.

No Brasil a aplicação dessas diretrizes na Governança Corporativa é realizada em duas instâncias: o Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, ligado ao Conselho de Administração e coordenado por Jesuís Maria Zabalza Lotina, Vice-Presidente do Conselho de Administração, que conta com três membros independentes e a área de Sustentabilidade, ligada à Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais stakeholders, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da sustentabilidade.

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades a organização. Da mesma forma, entende-se que o risco socioambiental é transversal aos demais riscos devendo ser gerenciado de forma efetiva e sistemática. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: redução do fluxo de caixa, perda de ativos, risco de imagem, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

O modelo de governança da sustentabilidade do Banco tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico, dar suporte à evolução contínua do tema dentro do Banco e também gerenciar os riscos relacionados a este tema.

O principal órgão de alcance global desta estrutura é o Comitê Global de Sustentabilidade do Grupo Santander, composto pelo CEO global e por membros da Administração que garantem a integração da sustentabilidade no modelo de negócios por meio da definição de planos estratégicos e políticas de sustentabilidade do Banco.

No Brasil a aplicação dessas diretrizes na Governança Corporativa é realizada em duas instâncias: o Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, ligado ao Conselho de Administração e coordenado por Jesuís Maria Zabalza Lotina, Vice-Presidente do Conselho de Administração, que conta com três membros independentes e a área de Sustentabilidade, ligada à Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais stakeholders, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da sustentabilidade.

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades a organização. Da mesma forma, entende-se que o risco socioambiental é transversal aos demais riscos devendo ser gerenciado de forma efetiva e sistemática. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: redução do fluxo de caixa, perda de ativos, risco de imagem, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

O modelo de governança da sustentabilidade do Banco tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico, dar suporte à evolução contínua do tema dentro do Banco e também gerenciar os riscos relacionados a este tema.

O principal órgão de alcance global desta estrutura é o Comitê Global de Sustentabilidade do Grupo Santander, composto pelo CEO global e por membros da Administração que garantem a integração da sustentabilidade no modelo de negócios por meio da definição de planos estratégicos e políticas de sustentabilidade do Banco.

No Brasil a aplicação dessas diretrizes na Governança Corporativa é realizada em duas instâncias: o Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, ligado ao Conselho de Administração e coordenado por Jesuís Maria Zabalza Lotina, Vice-Presidente do Conselho de Administração, que conta com três membros independentes e a área de Sustentabilidade, ligada à Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais stakeholders, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da sustentabilidade.

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Função Controle de Risco

Tanto na corporação, como em toda unidade, existe uma área responsável pelo controle de riscos, que proporcionará uma visão consolidada dos riscos da entidade e apresentará a necessária análise crítica dos mesmos.

A função de controle prevê assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. Para isso, além de zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os membros são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander e das unidades, deverá realizar uma revisão sistemática das exposições aos diferentes riscos, comprovando que os níveis de riscos assumidos cumprem com os objetivos e limites fixados.

36. Reestruturações Societárias

Foram implementadas diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) da Aymoré, 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Capital e 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a Consequente Criação de uma Joint Venture

No dia 24 de julho de 2015, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

A operação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em setembro de 2015 e pelo Bacen em maio de 2016 e sua conclusão ainda está sujeita ao cumprimento das demais condições suspensivas.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super Pagamentos")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super Pagamentos, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super Pagamentos correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super Pagamentos em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias.

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

d) Venda da Santander Securities Services Brasil DTMV S.A.

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTMV S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, no valor de R\$859 milhões.

A operação gerou um ganho de R\$750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica "resultado não operacional".

A operação está inserida no contexto de uma negociação global do negócio de custódia, que envolve, além do Brasil, a atividade de custódia qualificada na Espanha e no México.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO Jesus Maria Zabalza Lotina	CONSELHEIROS Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José de Paiva Ferreira José Maria Nus Bacía Sergio Agapito Lires Rial	CONSELHEIROS (INDEPENDENTES) Alvaro António Cardoso de Souza Celso Clemente Giacometti Marilia Artimonte Rocca Viviane Senna Lalli
DIRETORIA EXECUTIVA		
DIRETOR PRESIDENTE Sergio Agapito Lires Rial		
DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS SENIORES		
Conrado Engel		José de Paiva Ferreira
DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES		
Angel Santodomingo Martell		
DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS		
Alexandre Silva D'Ambrósio Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Rey de Vicente	Jean Pierre Dupui João Guilherme de Andrade So Consiglio Juan Sebastian Moreno Blanco	Manoel Marcos Madureira Vanessa de Souza Lobato Barbosa
DIRETORES EXECUTIVOS		
Jose Alberto Zamorano Hernandez	José Roberto Machado Filho	Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA		
Alexandre Grossmann Zancani Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Nader Alfaya André de Carvalho Novaes Cassio Schmitt Cassius Schymura Ede Ilson Viani	Felipe Pires Guerra de Carvalho Flávio Tavares Valadao Gilberto Duarte de Abreu Filho Javier Rodriguez de Colmenares Alvarez Luis Guilherme Mattos de Olieu Bittencourt Luiz Masagão Ribeiro Filho Marcelo Malanga	Marcelo Zerinatti Marcio Aurelio de Nobrega Marino Alexandre Calheiros Aguiar Mário Adolfo Libert Westphalen Mario Roberto Opice Leão Nilton Sergio Silveira Carvalho Rafael Bello Noya
		Ramón Sanchez Díez Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto de Oliveira Campos Neto Robson de Souza Rezende Ronald Wagner Rondinelli Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Ilg
		Ulisses Gomes Guimarães

CONTADOR		
André Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Banco Santander (Brasil) S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras individuais mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, e ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do semestre findo nessa data, e as demonstrações financeiras individuais daquele semestre. O exame das demonstrações financeiras individuais do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 29 de julho de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 26 de julho de 2016



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander ("Santander"), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atua como único por intermédio da instituição líder, Banco Santander (Brasil) S.A. para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive a sociedade de capitalização e a entidade aberta de previdência complementar.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário.

O Comitê de Auditoria é composto por três membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2016.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais. Atua através de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises, a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entende necessários. O relatório semestral das atividades e as atas das reuniões são regularmente enviadas ao Conselho de Administração, com o qual reuniu-se mensalmente no primeiro semestre de 2016.

O Comitê de Auditoria também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas mantendo durante o semestre, reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Com o objetivo de cumprir com as atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria, o Coordenador, por delegação e indicação dos membros, participa como convidado ouvinte do Comitê de Ocorrências Especiais e do Comitê Local de Comercialização de Produtos - CLC e, como membro efetivo eleito, do Comitê de Riscos do Conselho de Administração.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

1 - Demonstrações Financeiras

BRGaap e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedade de capitalização e de previdência complementar que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento dos resultados do 1º semestre de 2016, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

IFRS - Também analisou as Demonstrações Financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

Acompanhou ainda, a elaboração do Relatório da Administração e das respectivas notas explicativas, relativas ao Conglomerado Santander, referentes ao 1º semestre de 2016.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com Vice Presidência Executiva de Riscos, Diretoria de Compliance e Vice Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Segurança e Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley-SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S/A e da Evidência Previdenciária Privada, relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

37. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$36.216.497 (30/06/2015 - R\$41.905.605).

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$2.371.785 (30/06/2015 - R\$6.391.826) ⁽¹⁾ e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$145.935.923 (30/06/2015 - R\$140.523.154) registrados em contas de compensação.

⁽¹⁾ Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 14 e 36.c).

c) Os seguros contratados vigentes em 30 de junho de 2016, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.003.306 (30/06/2015 - R\$1.355.528) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$296.999 (30/06/2015 - R\$204.320), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas) 01/01 a 30/06/2016	Ativos (Passivos) 30/06/2015	Receitas (Despesas) 01/01 a 30/06/2015
Operações Ativas Vinculadas			
Operações de Crédito	-	170	10.134
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas			
Depósitos	-	(170)	(10.134)
Resultado Líquido	-	-	(629)

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 30 de junho de 2016 é de R\$3.107.726, sendo R\$640.704 em até 1 ano, R\$1.867.790 entre 1 a 5 anos e R\$599.232 com mais de 5 anos (30/06/2015 - R\$3.110.929, sendo R\$654.304 em até 1 ano, R\$1.854.002 entre 1 a 5 anos e R\$602.623 com mais de 5 anos). Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$670 (30/06/2015 - R\$1.073) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no primeiro semestre de 2016, foram no valor de R\$324.734 (2015 - R\$335.300).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.